

PROFISSIONALIZAÇÃO DO ESCRITOR E PUBLICIDADE EDITORIAL: DOIS CAPÍTULOS DA LEITURA PRÉ-MODERNISTA NO BRASIL

MAURÍCIO SILVA*

RESUMO: O presente artigo analisa o contexto cultural brasileiro durante a passagem do século XIX para o XX, a partir de uma perspectiva da leitura. Para tanto, enfatiza dois aspectos do pré-modernismo brasileiro: a profissionalização do autor e a publicidade editorial.

PALAVRAS-CHAVE: Pré-modernismo; literatura; leitura; profissionalização; publicidade editorial.

(*) Doutorando em Literatura Brasileira na USP.

INTRODUÇÃO

Quem eram os leitores que davam concretude à literatura pré-modernista no Brasil?

Uma simples pergunta como essa pode trazer em seu bojo uma série de indagações subsidiárias, as quais, talvez, jamais venham a ser respondidas satisfatoriamente: quantos eram, na sua totalidade, os livros publicados durante a passagem do século XIX para o século XX? Qual era o papel real desempenhado pelas bibliotecas na divulgação da leitura no país? Que influência exerciam, nessa mesma leitura, as livrarias e os editores que aqui se instalaram? Qual o poder de inserção da imprensa na sociedade alfabetizada da época?

Eis aí uma história de muitos capítulos. Se a própria conceituação de leitura apresenta, de início, problemas aparentemente insolúveis, o que não se poderá dizer de questões tão candentes e – por isso mesmo – enigmáticas como essas.

Se, por um lado, é verdade que alguns dados são possíveis de serem verificados empiricamente, por outro, parece ser igualmente verdadeiro o fato de que tais dados não podem escapar totalmente de uma apreciação mais ou menos subjetiva, diante da falta de fontes fidedignas. Há divergências e há estatísticas: entre umas e outras, o pesquisador de leitura no Brasil parece estar irremediavelmente fadado a enfrentar os percalços de uma cultura tradicionalmente despreocupada com a manutenção de seu parco cabedal histórico. As tentativas, no entanto, são muitas e, pode-se dizer, todas louváveis: de Nelson Werneck Sodré (*A História da Imprensa no Brasil*) a Laurence Hallewell (*O Livro no Brasil*), não são poucos os estudiosos que se lançaram ao árduo trabalho de resgatar a história do livro e da imprensa de um modo geral no Brasil. Quase nenhum deles, contudo, manifestou um interesse em direção à *leitura* propriamente dita, trabalho que apenas recentemente vem sendo realizado de modo mais sistemático e sistematizado.¹

E, no entanto, essa é uma abordagem necessária à consideração da própria literatura como *fenômeno cultural* em uma sociedade civilizada. Não há literatura, no sentido amplo do termo, sem que antes tenha havido todo um “arcabouço material” que pudesse dar sustentação concreta a essa forma de manifestação artística: editores, livrarias, escolas, material de divulgação, legislação específica e uma gama inumerável de agentes propagadores da leitura. Daí, justamente, a importância da análise de um fenômeno que podemos, vaga e amplamente, denominar *leitura*, ao lado de abordagens mais tradicionalmente voltadas para o texto como um conjunto de significações estéticas específicas.

A mudança de perspectiva, que nos leva do âmbito puramente textual para um universo mais genericamente extraliterário, parece encontrar sustentação metodológica nas mais recentes teorias acerca da literatura.² Mas, para nós, semelhante desvio tem a indefectível propriedade de nos levar a esboçar – ainda que modestamente – alguns privilegiados momentos da leitura pré-modernista no Brasil.

⁽¹⁾ Consultar, por exemplo, Marisa LAJOLO e Regina ZILBERMAN, *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

⁽²⁾ Cf. Heidrun K. OLINTO, *Histórias de Literatura*. As Novas Teorias Alemãs. São Paulo: Ática, 1996.

A LEITURA PRÉ-MODERNISTA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Leitura e literatura parecem, em muitos sentidos, faces de uma mesma moeda: além de se pressuporem necessariamente, fazem parte de uma mesma intrincada rede de relações sócio-culturais, que vão da política educacional e implementação de um complexo editorial à produção estética e organização de sociedades literárias. Nesse sentido, não nos parece exagerado começar tratando da *literatura* pré-modernista ao abordar o contexto da *leitura* na época. Assim, em primeiro lugar, pode-se dizer que a literatura produzida durante o período que aqui denominamos *pré-moderno* era caracterizada, esteticamente falando, basicamente por uma natureza que tendia para o diletantismo e para a superficialidade, o que levaria uma observadora sagaz, como Lúcia Miguel-Pereira, a considerar a obra de um dos seus mais significativos representantes (Afrânio Peixoto) um mero “deleite do espírito tranqüilo”. Aliás, é esse mesmo Afrânio Peixoto – como a crítica já salientou – quem vai dar à literatura do período sua definição mais acabada, ao considerá-la um mero e sintomático “sorriso da sociedade”.³

³ Respectivamente, Lúcia MIGUEL-PEREIRA, *Prosa de Ficção*. De 1870 a 1920. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950, p. 272; e Afrânio PEIXOTO, *Noções de História de Literatura Geral*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1932, p. 10.

⁴ MACHADO NETO, *Estrutura Social da República das Letras* (Sociologia da Vida Intelectual Brasileira. 1870-1930). São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1973, p. 33. O livro de Brito Broca a que nos referimos é *A Vida Literária no Brasil*. 1900. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

Nesse contexto, é relevante o fato de, durante essa época e após a vigência de um período dominado pela literatura realista, a vida literária se sobrepor à própria literatura, como observou primeiro Brito Broca e, no seu rastro, refletiu Machado Neto: “quando atravessamos uma época de relativo desluzimento da criação literária, temos, em contrapartida, o momento de maior riqueza de expressão da vida literária”.⁴ Com efeito, com o impacto das transformações sofridas pelo Brasil ao longo das primeiras décadas do século XX, a literatura nacional parece sofrer um sensível abalo, no sentido de perder sua pujança idealista e nacionalista, sustentada pelos românticos, e sua força denunciatória e social, concretizada por alguns realistas. O que passa a importar agora, no lugar desses fenômenos, é um certo sentido diletante do fazer literário, dando-se, em conseqüência, muito mais importância a aspectos secundários da literatura: as conferências e salões literários, os discursos de ocasião, o litígio entre tendências estéticas etc. Não sem razão, convencionou-se considerar a literatura produzida no período uma expressão acabada do mundanismo artístico, quando tem início nos jornais a febre das crônicas mundanas (principalmente com Figueiredo Pimentel e João do Rio) ou dos romances de temática trivial e fútil.

Tal ocorrência, aliás, deve-se também a outro fenômeno fartamente conhecido dos estudiosos da época, a que – diga-se de passagem – a história da leitura no período não ficaria imune: o impacto da tecnologia na vida social e cultural do Brasil. Assim, se, por um lado, a literatura foi particularmente sensível a este impacto, já que o mesmo teria atuado diretamente sobre o *modus faciendi* dos autores de então, a leitura, por outro, sofreria talvez uma influência mais direta e decisiva dessa nova realidade tecnomecanicista, já que teríamos, como conseqüência imediata desta, um reaquecimento de nosso mercado editorial, a implementação de novos hábitos culturais no país, uma maior divulgação da literatura aqui produzida, entre outros fenômenos em si mesmos decisivos para a consideração da leitura na época. Apenas a título de exemplificação, poder-se-ia acrescentar a estes acontecimentos o fato de o desenvolvimento técnico permitir o aparecimento das primeiras edições popula-

⁽⁵⁾ Sobre a literatura popular e as grandes tiragens, cf. Brito BROCA, *A Vida Literária no Brasil*; e Nelson Werneck SOBRINHO, *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 330 *passim*.

⁽⁶⁾ Algumas informações sobre esses agentes do mercado editorial no Brasil podem ser encontradas em Laurence HALLEWELL, *O Livro no Brasil: sua História*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

⁽⁷⁾ Para esse tipo deliberado de diferenciação por parte dos próprios autores, consultar Flora SÜSSEKIND, *Cinematógrafo de Letras. Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁽⁸⁾ Para os dados relativos ao Gabinete Português de Leitura, cf. *Revista Universal Brasileira. Jornal de Instrução e Recreio (Rio de Janeiro)*, n. 6, 1848. Para dados relativos à Biblioteca Nacional do Rio de

res e a ocorrência de grandes tiragens, consagrando os nossos primeiros *best-sellers*: Afrânio Peixoto, com *A Esfinge* (1908); Monteiro Lobato, com *Urupês* (1918); e, em menor grau, Benjamim Costallat, com *Mlle. Cinema* (1923).⁵ Uma outra consequência menos direta desse fenômeno, mas não menos importante para a história da leitura pré-modernista, seria o advento da concentração urbana de nossa produção cultural, que passa a se agrupar em torno do que hoje conhecemos como eixo Rio-São Paulo: com efeito, pouca possibilidade de ascensão e reconhecimento intelectual tinham os escritores fora desses limites, o que os obrigava a migrar para a Capital Federal ou para a promissora terra do café. É sintomático, por exemplo, o fato de a maioria dos autores de sucesso durante as primeiras décadas do século (exceção feita a Machado de Assis e Lima Barreto) ser de outras regiões do país, sobretudo da Bahia (Muniz Barreto, Xavier Marques, Afrânio Peixoto) e do Maranhão (Coelho Neto, Humberto de Campos, Aluísio e Arthur Azevedo, Graça Aranha), mas residir no sudeste. Daí também o fato de praticamente todo o complexo editorial brasileiro (considerado, de forma abrangente, o conjunto de agentes integrados na produção material do livro, indo das oficinas gráficas e das editoras às livrarias e aos distribuidores) se concentrar nessa mesma região.⁶

Apesar disso, o leitor pré-moderno parecia estar mesmo interessado na leitura dos periódicos que, cada vez mais, se espalhavam pelos grandes centros urbanos: assistíamos, na passagem do século XIX para o XX, a uma verdadeira proliferação de jornais diários ou hebdomadários, revistas mundanas ou literárias, almanaques de todos os tipos. De certa forma, esse fato testemunha a favor da expansão da leitura no período, pelo menos no que se refere a uma acepção determinada de leitura: aquela voltada para o entretenimento e/ou para a informação efêmera. Há sérios motivos para acreditarmos nas diferenças sintomáticas que deveriam existir entre a atividade lúdica/informativa representada pela leitura dos periódicos e a atividade cultural simbolizada pela leitura dos livros, até porque os próprios escritores da época procuraram estabelecer diferenças entre o texto produzido para o periódico e aquele criado com a intenção de ser publicado sob a forma de livro.⁷

De qualquer maneira, entre livros e periódicos, a leitura ia conhecendo um manifesto desenvolvimento, sobretudo se compararmos a situação da época com a dos séculos anteriores, em que semelhante atividade constituía-se uma verdadeira exceção, já pela falta de condições em se produzir/adquirir livros no Brasil, já pelos elevados índices de analfabetismo que por aqui eram registrados. Para tanto, basta analisarmos – ainda que superficialmente – alguns dados estatísticos relativos à consulta em, ou instalação de, bibliotecas durante a passagem do século no país. Se, em 1846, o Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, podia contar com o número de mais de 6 mil leitores, cinquenta anos depois (1896) a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro já contava com mais de 16 mil, para, três anos mais tarde, ultrapassar a marca dos 20 mil.⁸ O número de bibliotecas instaladas no país, por sua vez, também conhece um crescimento considerável, passando de 147 unidades, na década de 1890, para 1.509, na década de 1920, um crescimento que – como era de esperar – acompanhava de perto a elevação dos índices de alfabetização no período, que em trinta anos passava de 2.120.559 (1890) para 7.493.357 (1920).⁹

Tais considerações parecem ser suficientes para corroborar, como tínhamos sugerido antes, a idéia de que teria havido não apenas um apreciável cres-

Janeiro, cf. *Annaes da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro), v. XIII, 1887; e v. XVI, 1900.

- ⁹⁾ Tanto os dados referentes à instalação das bibliotecas no período quanto os relativos aos índices de alfabetização foram retirados de Sônia de Conti GOMES, *Bibliotecas e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Pioneira, 1983.

cimento do complexo editorial brasileiro durante os anos que permeiam a passagem do século no país, mas sobretudo uma sintomática mudança nos hábitos de leitura da população urbana pré-modernista. Evidentemente, há muitos outros fatores – paralelos à própria noção de leitura – que contribuíram de forma decisiva para a consolidação da situação descrita, os quais poderiam ser aqui arrolados numa lista infinita de itens. Diante dos propósitos deste ensaio, contudo, limitamo-nos a eleger dois dentre tais fatores, que, a nosso ver, tiveram uma atuação determinante no fortalecimento do hábito de leitura e na prosperidade do complexo editorial durante o nosso pré-modernismo: trata-se da profissionalização do escritor e da publicidade editorial, dois fenômenos socio-culturais que, direta ou indiretamente, serviram de argumento privilegiado à constituição do que muito sintomaticamente se convencionou chamar de República das Letras.

DOIS CAPÍTULOS DA LEITURA PRÉ-MODERNISTA NO BRASIL

A profissionalização do escritor e a da publicidade editorial no Brasil são dois capítulos da leitura pré-modernista no Brasil que, de certo modo, costumam passar à margem da história da leitura propriamente dita. Nem por isso deixam de desempenhar um papel de destaque na constituição desta, já que deles depende, em grande parte, uma série de fatores determinantes para a história referida. Por se tratar de universos relativamente pouco estudados, valem como *esboços* de um trabalho mais amplo, ainda a ser feito com mais propriedade e menos parcimônia.

A profissionalização do escritor, em primeiro lugar, pressupõe algumas reflexões acerca da “promiscuidade” entrevista na relação que se estabeleceu entre o escritor e o poder constituído, o que daria ensejo até mesmo a uma estética de natureza claramente oficializada, nascida sob os auspícios da Academia Brasileira de Letras. Não é necessário acurado exercício reflexivo, nesse sentido, para perceber que a chamada *literatura oficial* acabou sendo incorporada pelos grupos políticos institucionalizados, que estabeleceram com esta uma duvidosa relação de troca de favores, o que justifica sua natureza oficial. Com efeito, não eram poucos os autores dessa tendência literária que atuavam dentro da esfera pública, o que acabava restringindo sua liberdade criadora e comprometendo sua própria independência diante do poder local.¹⁰ Assim, a literatura oficial surge umbilicalmente ligada à noção estrita de poder político, a um só tempo influenciando e sendo influenciada por este. Essa é uma tradição, aliás, que não diz respeito apenas ao Rio de Janeiro, mas a todas as grandes cidades latino-americanas que, a partir de meados do século XIX, conheceram um verdadeiro *bouleversement* cultural, com a literatura cada vez mais servindo de “alavanca de ascensão social, da respeitabilidade pública e da incorporação aos centros de poder”.¹¹

Daí o caráter oficial que semelhante tendência literária assumia plena e conscientemente, colocando-se de propósito ao lado do poder constituído. Basta atentarmos para a proliferação de artigos que autores do porte de Olavo Bilac, Coelho Neto, João do Rio, Martins Fontes e muitos outros espalhavam com

¹⁰⁾ Sobre a comprometida ligação entre intelectuais e o poder público no Rio de Janeiro, consultar particularmente José Murilo de CARVALHO, “Aspectos Históricos do Pré-Modernismo Brasileiro”, in José Murilo de CARVALHO *et al.*, *Sobre o Pré-Modernismo*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 13-21; Sérgio MICELI, *Poder*,

Sexo e Letras na República Velha (Estudo Clínico dos Anatolianos). São Paulo: Perspectiva, 1977; e MACHADO NETO, *Estrutura Social da República das Letras*, *op. cit.*

(11) Angel RAMA, *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 80.

(12) Nicolau SEVCENKO, *Literatura como Missão. Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 103; MACHADO NETO, *Estrutura Social da República das Letras*, *op. cit.*, p. 127.

(13) Antonio CANDIDO, *Literatura e Sociedade. Estudos sobre Teoria e História Literária*. São Paulo: Nacional, 1985, p. 113 *passim* (grifos nossos). Para a consideração da literatura oficial como "arte acadêmica", consultar ainda Gilberto FREYRE, "O Período Republicano", *Boletim Bibliográfico*, Biblioteca Pública Municipal de São Paulo, São Paulo, v. II, p. 61-72, 1944.

freqüência pelos periódicos mundanos da época, defendendo impetuosamente as decisões muitas vezes discricionárias do governo. São estes autores que Nicolau Sevcenko, empregando o epíteto de "vencedores", caracteriza como "o filão letrado que se solda aos grupos arrivistas da sociedade e da política"; ou que Machado Neto considera "a vigência intelectual dominante no período", agrupando-se em torno de revistas famosas, participando de instituições de renome e ocupando cargos influentes.¹² Mas nenhuma característica liga tão acentuadamente os autores dessa tendência estética à noção de oficialidade literária do que a idéia de academicismo, ligação exemplarmente sintetizada por Antonio Candido, ao denominar a expressão literária das primeiras décadas do século XX como sendo uma autêntica literatura de permanência:

uma literatura satisfeita, sem angústia formal, sem rebelião nem abismos. Sua única mágoa é não parecer de todo européia; seu esforço mais tenaz é conseguir pela cópia o equilíbrio e a harmonia, ou seja, o *academicismo* ... As tendências oriundas do naturalismo de 1880-1900, tanto na poesia quanto no romance e na crítica, propiciaram na fase 1900-1920 um cosmopolitismo da literatura com as formas visíveis, concebidas pelo espírito principalmente como encantamento plástico, euforia verbal, regularidade. É o que se poderia chamar naturalismo *acadêmico*, fascinado pelo classicismo greco-latino já diluído na convenção *acadêmica* européia, que os escritores procuravam sobrepor às formas rebeldes da vida natural e social do Novo Mundo.¹³

Tais considerações não estabelecem uma relação direta com o fenômeno da profissionalização do escritor, embora digam respeito à incorporação deste aos centros de poder administrativo e, por isso mesmo, pressuponham maiores possibilidades de profissionalização, em virtude principalmente da relação colusiva que parte dos meios de comunicação da época estabelecia com o *establishment* local. Melhor ainda seria pensar a situação inversa: por serem figuras proeminentes nos meios de comunicação de massa (no caso, a imprensa) e terem, por isso mesmo, um relativo poder de influência social, esses escritores em processo de profissionalização acabavam sendo cooptados por um poder político-administrativo ávido em agregar em torno de si nomes que, de alguma forma, pudessem transferir ao governo o peso de suas reputações e prestígio.

Trata-se, de qualquer maneira, de uma profissionalização às avessas, em que o escritor-em-vias-de-se-profissionalizar encontra um caminho mais fácil de ascensão social e, por caminhos transversos, passa da categoria de um hipotético profissional da pena-independente para a de um efetivo profissional da pena-burocrática. Nesse universo, há lugares para todos os tipos de escritores e para todas as formas de relação com o poder constituído: desde aqueles autores que, como Coelho Neto e Olavo Bilac, se relacionam de tal maneira com o governo que passam a se confundir com ele; até aqueles que, como Lima Barreto e Antônio Torres, parecem ter usado o emprego público como simples forma de sustentação, totalmente desvinculada de seu trabalho como intelectual e escritor.

Mas se essa é, como aludimos antes, uma espécie de profissionalização às avessas, em que o trabalho do escritor serve, antes, como mediador de uma relação profissional de outra natureza, administrativa ou política, o mesmo não se pode dizer da profissionalização do escritor *tout court*, processo por meio do

qual o autor procura passar de um estágio de *amador da pena* para uma categoria em que é socialmente reconhecido como um *profissional da escrita*.

Não há dúvida de que o desenvolvimento da imprensa a partir das últimas décadas do século XIX foi o principal fator responsável pelo processo aqui aludido. Com efeito, é no diálogo – ora tenso, ora amigável – entre imprensa e literatura que podemos situar os primeiros passos de uma efetiva profissionalização do escritor, capítulo essencial da história da leitura pré-modernista no Brasil e que traz em seu bojo personalidades como as de Coelho Neto (considerado por alguns o primeiro autor a receber remuneração sistemática por sua atuação como escritor), Olavo Bilac, Humberto de Campos, Lima Barreto e muitos outros. E é nessa época, de fato, que o escritor passa a ter uma atuação mais incisiva e freqüente nos órgãos da imprensa, o que expande consideravelmente suas possibilidades – até então limitadas – de profissionalização.¹⁴

⁽¹⁴⁾ Para considerações sobre o processo de profissionalização do escritor por meio dos órgãos da imprensa, consultar SÜSSEKIND, *Cinematógrafo de Letras. op. cit.*; e Antônio DIMAS, *Tempos Eufóricos. Análise da Revista Kosmos: 1904-1909*. São Paulo: Ática, 1983. Para uma análise do diálogo entre literatura e imprensa, no contexto da história da leitura no Brasil, consultar Marisa LAJOLO, "Jornalistas e Escritores: a cordialidade da diferença", *Projeto Memória de Leitura*. Campinas: Unicamp (<http://www.unicamp.br/iel/memoria>).

Evidentemente, a expansão profissional da figura do escritor gerava toda sorte de conflitos e possibilitava infinitas distorções éticas, uma vez que o poder de que o escritor estava imbuído, quando tornado um profissional reconhecido por meio da imprensa, podia ser facilmente empregado a fim de se estabelecerem vínculos espúrios, como ocorria nas relações colusivas entre escritor e governo, conforme já aludimos. Mas tais distorções podiam ser menos complexas e/ou políticas, podendo se manifestar como simples desonestidade profissional por parte do escritor-jornalista, como pode ser entrevisto nas repetidas críticas que Lima Barreto faz aos profissionais da imprensa nas suas *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909). É Lima Barreto, aliás, quem emerge como uma nobre exceção nesse conturbado meio, destacando-se como um exemplar profissional da escrita, seja por seu rigoroso senso de justiça seja por sua invejável independência.

Personagem mais instigante, porém, nessa história de muitas lacunas, é a figura de Humberto de Campos, escritor copioso que, desde cedo, aliou com êxito incomparável literatura e jornalismo: tendo começado sua carreira literária como poeta, dedicou-se com afinco à crônica jornalística, sendo capaz de escrever uma mesma história em duas versões, uma "verdadeira" e outra ficcional. Encarnou, como nenhum outro autor, a profissão de escritor durante as primeiras décadas do século XX, vivendo, contudo, sob o peso de uma ambigüidade profunda: vive da pena, mas reclama de ter de vender seus escritos; vê-se como um profissional explorado pela imprensa, ao mesmo tempo em que não considera a literatura uma profissão no sentido rigoroso da palavra; tendo dedicado, de boa vontade, toda a vida a esse trabalho, a ponto de se considerar um *operário da pena* e um *proletário intelectual*, lamenta, já no fim da vida, ter-se tornado uma espécie de escravo da escrita. Tratava-se, no final das contas e a despeito de seu reconhecido sucesso como escritor, de uma visão extremamente pessimista da profissão, em que se misturavam muito de desilusão, arrependimento, mágoa e impotência, sentimentos pungentemente resumidos nesse consternado desabafo norteador por angustiantes interrogações:

Não ha, na minha vida, ambição maior ... que a de escrever obras que se tornem úteis aos homens de hoje e fiquem na memória dos homens de amanhã. Como poderei eu, porém, fabricar um móvel majestoso e sólido, se na minha existência de carpinteiro das letras eu tenho de pôr á venda, cada manhã, no mercado, a táboa que aplainei á

noite? Como poderei escrever um romance forte, um trabalho de meditação ou de observação, se tenho de vender, a retalho, as idéias miúdas que me vêm, e se não ha compradores na praça para as outras de maior parte? Que aspiração póde alimentar, ainda, um escritor cujas ilusões caíram todas, e morreram, como pássaros, na gaiola da realidade, e que tem de ralhar diariamente com o cérebro por ordem imperiosa do estômago?¹⁵

⁽¹⁵⁾ Humberto de CAMPOS, *Os Párias*. São Paulo: José Olympio, 1933, p. 20.

Com algumas exceções, aliás, a visão pessimista da profissão de escritor parece ser uma das marcas da época, no que se refere à problematização dessa questão: Antônio Torres lamentava, em carta ao amigo Gastão Cruls, o fato de a remuneração pelo trabalho do escritor ser demasiadamente baixa; Coelho Neto descreve, num romance inteiramente calcado na realidade, a impotente irritação de Aluísio Azevedo diante da mesma atividade; num poema publicado no *Diário da Bahia*, em que mescla sátira e desilusão, o escritor baiano Aluísio de Carvalho reclama da penúria em que se encontram aqueles que se dedicam às letras num país onde os livros não têm valor; Filinto de Almeida, em crônica escrita para *A Noite*, lastima o fato de o escritor não conseguir se sustentar com o fruto de seu esforço, enquanto editores, donos de jornal, livreiros e outros lucram com o trabalho alheio.¹⁶ Todos esses sentimentos em relação ao difícil processo de profissionalização do escritor no Brasil, exemplarmente resumido por Humberto de Campos no excerto já transcrito, encontrava nas palavras sugestivas de uma personagem de Benjamim Costallat – a qual, não por acaso, era um escritor sem sucesso –, uma síntese emblemática:

⁽¹⁶⁾ Respectivamente, Gastão CRULS, *Antônio Torres e seus Amigos* (Notas Bio-Bibliográficas seguidas de Correspondência). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950; COELHO NETO, *A Conquista*. Porto: Char-dron, 1920; Lizir Arcanjo ALVES, *Poesia e Vida Literária na Bahia de 1890 a 1915*. São Paulo, 1986 (Dissertação de Mestrado) – FFLCH/USP; e Filinto ALMEIDA, *Colunas da Noite*. Paris: Truchy-Leroy, 1931.

Para todos nós, que vivemos do nosso cérebro, mesmo que não o tenhamos de ouro, não são estranhos os suplícios do homem que arrancava de seu craneo, até não poder mais, os últimos filamentos preciosos de metal. Se ha uma profissão triste é a nossa. Se ha uma arte soturna é a que praticamos. O pintor trabalha ao ar livre. O esculptor assobia com o buril na mão. O musico canta quando compõe. O escriptor não faz nada disso. Elle se vê só, comsigo mesmo, deante de uma porção de folhas rabiscadas, que voam e que allucinam. E se enerva e se exaspera! Vive sem alegria, enterrado entre livros e entre borrões de tinta, enquanto, lá fóra, o dia é lindo, ha gente nas praias e o sól faz maravilhas sobre o mar! ... Não gozamos as bellas noites. O nosso luar é a lampada da nossa mesa. E sob a sua luz, queimamos uma vida inteira, os olhos e a sensibilidade, para arrancar do cérebro, senão ouro, pelo menos sangue!¹⁷

⁽¹⁷⁾ Benjamim COSTALLAT, *Gurya*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, s. d., p. 142.

Nesse capítulo da história da leitura pré-modernista brasileira, feito de muitos detalhes e pormenores nem sempre devidamente considerados na abordagem de nossa cultura literária, há espaço ainda para diversos outros subcapítulos, como é o caso da questão relativa aos direitos autorais, da formação de sociedades e agrupamentos preocupados com a vida profissional dos escritores, da história de nossos editores e sua relação com os autores editados e muito mais. Basta dizer, por exemplo, que é nessa época que assistimos à proliferação de romances, contos e novelas em que o protagonista (ou uma das personagens principais) desempenha a função – profissionalmente falando – de escritor: o profissional da escrita acaba migrando da condição de produtor para a de produto, numa faceta ainda pouco estudada de nossa temática literária por aquele ramo da crítica a que já se chamou, sintomaticamente, de *Stoffgeschichte* (tematologia). Nesse sentido, não seria difícil arrolar algumas obras da época que, como acabamos de dizer, têm na figura do profissional da escrita um de

seus principais personagens, tal como acontece nos romances de José Agudo (*Gente Audaz*, 1913), Goulart de Andrade (*Assumpção*, 1913), Albertina Bertha (*Exaltação*, 1916), Benjamim Costallat (*Mlle. Cinema*, 1923) e outros. Trata-se, sem dúvida, de uma história demasiadamente longa e que merece uma atenção muito maior do que um simples artigo pode oferecer, motivo pelo qual optamos por apenas apontar algumas possíveis direções de sua longa estrada, passando agora para um outro capítulo, não menos intrigante e valioso, dessa história: o da publicidade editorial.

Há encontros inequívocos entre a história da profissionalização do escritor durante a época estudada e a questão da publicidade editorial no mesmo período, para além daquele fato óbvio de que ambos fazem parte do que aqui convencionamos denominar história da leitura pré-modernista brasileira: em primeiro lugar, do mesmo modo que ocorre com a relação escritor/instituição político-administrativa, os autores também são cooptados como detentores de um discurso portador de credibilidade, agora a serviço da publicidade; em segundo, a publicidade passa a ser mais um campo de desempenho profissional.

A publicidade, de fato, ganha impulso durante a passagem do século com o desenvolvimento das revistas mundanas e com a participação de personalidades do meio artístico;¹⁸ torna-se, portanto, elemento integrante do imaginário da época, até então pouco habituada com técnicas e procedimentos propagandísticos destinados à venda de produtos diversos, sobretudo quando se tratava da venda de livros, objeto que só passa a ser encarado efetivamente como um bem de consumo a partir da atuação pioneira de Monteiro Lobato. Instala-se no país uma verdadeira e desbravadora ideologia da publicidade, capaz de vender praticamente tudo, de roupas a remédios, de livros a maquinário, de chocolates a veículos. E, evidentemente, com a colaboração indispensáveis dos escritores, transformados, agora, em verdadeiros agentes publicitários.

Mas cumpre perguntar o porquê – no meio de todo esse carnavalesco universo constituído por reclames e produtos, por autores que faziam as vezes de garotos-propaganda, por agências publicitárias que começavam a fazer sucesso – do desenvolvimento da publicidade editorial, num país e numa época tradicionalmente avessos à leitura, seguramente por motivos alheios à vontade de escritores e agentes culturais. Nesse campo, arriscamos apenas algumas especulações. Evidentemente, há uma série de fatores que devem ter contribuído para o alargamento da publicidade editorial, fatores que vão do aumento do consumo de livros *per capita* (resultante, por exemplo, do crescimento do índice de alfabetização no país) à concorrência entre editores/vendedores que se tornava mais acirrada com o passar dos anos. Arriscamos, porém, uma explicação menos evidente: parece ter havido, nesse época, um aumento de outro tipo de concorrência, não muito estudado por nossa historiografia literária: a concorrência entre os diversos meios de comunicação que se desenvolviam no período, o que constituía uma real ameaça para o livro e seu público.

Nesse sentido, poder-se-ia pensar, por exemplo, na disputa travada entre o livro e a imprensa como um todo: em primeiro lugar, deve-se considerar o crescimento significativo das revistas mundanas e/ou literárias, as quais certamente concorriam com os livros, a ponto destes últimos elegerem aquelas como forma de divulgação privilegiada das publicações editoriais, sobretudo a partir

⁽¹⁸⁾ Cf. Ricardo RAMOS, *Do Reclame à Comunicação. Pequena História da Propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual, 1985. Para uma consideração geral da participação de artistas (sobretudo escritores) na publicidade da época, consultar ainda SÜSSEKIND, *Cinematógrafo de Letras. Literatura, op. cit.*; e Mônica Pimenta VELLOSO, *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

(19) Para esse assunto, consultar Yone Soares de LIMA, *A Ilustração na Produção Literária*. São Paulo – Década de Vinte. São Paulo: IEB, 1985.

(20) COELHO NETO, *Fogo Fátuo*. Porto: Chardron, 1929, p. 33.

(21) Arthur NEIVA, *Daqui e de Longe... Crônicas Nacionais e de Viagem*. São Paulo: Melhoramentos, 1927, p. 41.

(22) Para um estudo do aparecimento do cinema no período, com conseqüências para a sociedade brasileira, consultar Vicente de Paula ARAÚJO, *A Belle Époque do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1976; e Mariarosaria FABRIS, "Cinema: da Modernidade ao Modernismo", in Annateresa FABRIS (Org.) *Modernidade e Modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1994, p. 97-110.

(23) Augusto de LIMA, *Noites de Sabbado*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1923.

(24) José AGUDO, *Cartas d'Oeste*. São Paulo: O Pensamento, 1914, p. 114.

da década de 1920;¹⁹ em segundo, merece igual consideração o embate tácito que se travava entre os livros e os jornais, outro meio de comunicação bastante estimado na época. Sobre este último embate, por exemplo, chama-nos a atenção a cena em que uma personagem de Coelho Neto – deblaterando contra o hábito da leitura ("ler é abusar do cérebro") e contra os livros ("livros, além dos de cheques, só admito os do dourador) – conclui com estas sintomáticas palavras:

o meu elemento é o jornal; fico no jornal. Homero, Lucrecio, Virgilio, Dante, Shakspeare (*sic*) aparecem, a cada passo, no acarreto erudito. Eu, por mim, confesso que nunca os li: conheço-os de nome e gabo-os, assignando de cruz a opinião dos seculos.²⁰

Mais consistentes e igualmente emblemáticas são estas palavras com que Arthur Neiva finaliza uma de suas crônicas:

o brasileiro, em via de regra, lê quatro jornaes por dia e nenhum livro por mez. Á imprensa no Brasil vae novamente caber papel decisivo no orientar a marcha nacional.²¹

Mas não é apenas contra a imprensa como um todo – e, em particular, contra o jornal – que o livro dispõe-se a terçar armas: a concorrência faz-se de forma mais contundente contra um inimigo talvez mais temível – porque novo, porque feérico, porque inusitado: o cinema.

Com efeito, se existe um fenômeno que sirva como emblema, em muitos sentidos, de nossa *Belle Époque* tropical, esse fenômeno é o aparecimento do cinema, com todas as conseqüências que este traria ao imaginário popular da época.²² E a concorrência com o livro fez-se desde o primeiro instante, logicamente não sem ter despertado reações diversas por parte dos intelectuais da época, quase sempre veladas, como na crônica autobiográfica em que Augusto de Lima narra um episódio em que sua filha, tencionando ir ao cinema, acaba optando por ficar em casa desfrutando a leitura de um livro.²³ Mas, em regra, a tendência era mostrar o quanto a leitura acabava perdendo terreno quando confrontada com o espetáculo oferecido pelas fitas cinematográficas, como ocorre nas palavras de uma personagem de José Agudo, em que o embate cinema/leitura se manifesta de modo mais explícito:

Hoje, que a instrução já se pode ministrar através das projecções cinematographicas, a faculdade da visão supprime todas as outras faculdades de coordenação exigidas pela leitura. Todos querem vêr, vêr e mais vêr. A compreensão do visto ficará a mercê da capacidade mental de cada espectador, porque a preguiça de lêr vai até o ponto de pouca gente perder cinco minutos com a leitura dos programmas;²⁴

ou, talvez mais explicitamente ainda, nesta comparação que Monteiro Lobato – entusiasta do livro, mas também do cinema – faz numa de suas crônicas, com uma lúcida consciência dos poderes e dos limites de cada um dos meios de comunicação abordados:

Recentíssima, coisa de ontem, (o cinema) já conquistou o mundo e imprimiu o andamento do progresso um ritmo novo. Sua influência amanhã será tão grande como o

é hoje a da imprensa. E é possível, mesmo, que seu destino seja sobrepor-se á imprensa, subalternizando-a como instrumento de propagação de idéias – a ela e ao livro ... Tanto o jornal como o livro funcionam como veículos de imagens cerebrais – mas veículos ranceiros que exigem um elevado índice de cultura do leitor; que exigem tempo ... e dinheiro ... e ainda certas disposições de espírito não realizadas com frequência ... Já o cinema, veículo de imagens de muito maior envergadura, pede menos tempo, menos dinheiro, menos cultura e menos disposições mentais especialíssimas. Está, pois, predestinado a bater o livro em boa parte dos seus domínios.²⁵

²⁵ Monteiro LOBATO, *A Onda Verde*. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 18.

Diante dessas disputas e concorrências, a publicidade editorial parece ter sido uma das saídas – ou, ao menos, uma das formas de contornar o problema – encontradas pelos autores e/ou editores de livros no país. A intenção era evidente: por meio de uma estratégia de divulgação maciça, tornar o livro tão atraente quanto qualquer outro meio de comunicação, seja ele o jornal, a revista ou o cinema. Nesse sentido, não faltaram tentativas – mais ou menos originais – de expandir a divulgação do livro por meio da publicidade, já desde meados do século XIX.²⁶

²⁶ Para alguns rápidos esboços da história da publicidade editorial no Brasil, desde o século XIX, cf. Brito BROCA, “Mercadoria Nobre” in *Teatro das Letras*. Campinas: Unicamp, 1993, p. 108-111.

Revistas e jornais começam a publicar propagandas de recentes lançamentos editoriais; resenhas começam a ser escritas com mais frequência; conferências e palestras (que, no final das contas, acabavam funcionando também como modo de divulgação do livro) espalham-se por todo o território nacional, principalmente nos primeiros anos do século XX; folhetos publicitários começam a ser produzidos pelos editores; expandem-se as possibilidades de aquisição do livro, seja por meio da facilitação do acesso ao produto seja por meio da compra a prazo; e até tiragens são maquiadas, a fim de despertar a atenção do público leitor para determinada obra. A rigor, tudo isso acabava desempenhando, com maior ou menor grau de êxito e aceitação pública, um importante papel de divulgação publicitária, além de acirrar ainda mais a disputa entre o livro e os demais meios de comunicação.

Alguns autores empenhavam-se pessoalmente na divulgação de suas obras, e nesse capítulo de nossa história sociocultural merece destaque a figura de Aluísio Azevedo, que não era exatamente um autor pré-modernista, mas preparou o terreno da leitura para muitos que viriam posteriormente. Com efeito, a trajetória desse célebre romancista, marcada por momentos de glória e de desilusão, cruza-se não poucas vezes com o caminho trilhado pela história da leitura e pela história da publicidade brasileiras. Aluísio foi, para começo de conversa, “moderno” não apenas no que concerne à exposição e concretização de tendências estéticas inovadoras para a época, mas também nas atitudes que tomava em relação à divulgação dessas idéias, como já se ressaltou algumas vezes: “adotando atitudes modernas para a sua época, Aluísio instaura um novo modo de perceber o fato cultural-literário no país, quer transformando o jornal de assinaturas num jornal de venda avulsa, quer tratando o livro como mercadoria, cujo êxito comercial depende da propaganda que se faz”.²⁷

²⁷ Milton MARQUES JÚNIOR, *Da Ilha de São Luís aos Refolhos de Botafogo: a Trajetória Literária de Aluísio Azevedo da Província à Corte*. João Pessoa, 1995. (Tese Doutorado) – Universidade Federal da Pa-

Não causa espécie, nesse contexto, o fato de Aluísio Azevedo poder ser considerado um caso célebre de mistificação literária no país, cuja intenção era exatamente chamar a atenção para o recém-publicado *A Mortalha de Alzira* (1894): disfarçado sob o pseudônimo de Victor Leal, publica o romance citado na *Gazeta de Notícias* (1891), precedendo-o de um exasperado libelo contra os autores naturalistas (cujo maior representante no Brasil era o próprio Aluísio

raíba, p. 226. Sobre essa questão, consultar também Jean-Yves MÉRIAN, *Aluísio Azevedo. Vida e Obra* (1857-1913). O Verdadeiro Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: INL, 1988.

(28) Cf. Brito BROCA, "Mistificações Literárias" in *Teatro das Letras*, op. cit., p. 146-150.

(29) Sobre esses episódios, consultar Raimundo de MENEZES, *Aluísio Azevedo. Uma Vida de Romance*. São Paulo: Martins, 1958; e Josué MONTELLO, *Aluísio Azevedo e a Polêmica d' 'O Mulato'*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

(30) COELHO NETO, "Ainda uma vez...", in *O Meu Dia*. Porto: Lello & Irmão, 1922, p. 103-6.

Azevedo); assim, Aluísio aproveita para fazer uma dupla publicidade de sua produção literária: do livro que estava sendo lançado, que angariava simpatias por se apresentar como obra antinaturalista, e dos demais que já publicara, que eram alçados à condição de vítima e tornados objeto de curiosidade para aqueles que ainda não os conheciam.²⁸

Mas esse não é o único episódio ligado direta ou indiretamente à publicidade editorial em que Aluísio Azevedo se envolveu. A trajetória de seu primeiro romance de relevo, *O Mulato* (1881), também contém momentos curiosos e insólitos: antes mesmo da publicação do citado romance, Aluísio faz publicar nas páginas de *A Pacotilha* cartas inventadas de imaginários leitores sobre o inexistente romance. Tais cartas – quase sempre elogiosas – apressaram a edição do livro e continuaram aparecendo mesmo depois de sua publicação, o que acabou ocasionando um relativo sucesso de vendagem.²⁹

Talvez o episódio mais curioso ligado à publicidade azevedina seja aquele relatado por Coelho Neto, em torno do romance *O Homem* (1887), e reproduzido por vários estudiosos do período. Em crônica publicada para *A Noite*, conta o ilustre maranhense que, na época da publicação de *O Homem*, Aluísio "poz-se em campo, para fazer a propaganda da obra": imprimiu duas mil etiquetas com o título do romance para espalhar pela cidade, enrolando algumas delas e metendo-as dentro de alguns pães que se achavam no balcão de certa confeitaria; um dos fregueses, ao comer o pão, acha indignado o papelucho, reclamando do fato, o que atrai a curiosidade de muitos transeuntes; aproveitando a oportunidade, Aluísio chega-se ao balcão e exclama, depois de um silogístico jogo de palavras em que comparava o pão real ao pão espiritual e o *Homem* contido no pão ao "homem" contido na hóstia: "saiba o amigo e saibam quantos aqui se acham que este *Homem*, que aqui está, é um dos typos mais perfeitos da criação: 300 páginas, edição Garnier, e aparecerá depois d'amanhan". Segundo Coelho Neto, aquele foi o assunto do dia na rua do Ouvidor e fora tamanho o estardalhaço que "no dia da exposição do livro, foram vendidos ao balcão uns trezentos e tantos exemplares", fazendo a alegria do velho Garnier.³⁰

Parece que Aluísio já sabia, em fins do século XIX, aquilo que muitos outros autores só descobririam mais tarde e que ainda nos dias de hoje possui validade: que a leitura de um livro se deve, em grande parte, à publicidade que dele é feito na época do seu lançamento.

CONCLUSÃO

A história da leitura pré-modernista no Brasil – como, de resto, a de todas as outras épocas e períodos – é feita de capítulos pouco aludidos e menos ainda estudados: capítulos que dizem respeito a fenômenos diversos, como procuramos ressaltar aqui, que vão da consideração do papel das editoras e livrarias no contexto cultural brasileiro a questões relativas à profissionalização do autor, passando por fatores ligados à publicidade, à instalação de bibliotecas, a um projeto de alfabetização amplo e muito mais.³¹

Faz parte desse quadro, igualmente, o estudo não dos fenômenos, como vínhamos fazendo até agora, que funcionam como engrenagens de um comple-

(31) Para uma exposição sucinta de alguns pressupostos metodológicos da História da Leitura,

consultar Regina ZILBERMAN, Regina, *A Leitura no Brasil: sua História e suas Instituições, Projeto Memória de Leitura*. Campinas: Unicamp (http://www.unicamp.br/iel/memoria).

⁽³²⁾ Os comentários de Lima Barreto sobre os lançamentos e outros livros de sua época podem ser consultados em LIMA BARRETO, *Impressões de Leitura*. São Paulo, Brasiliense, 1956. Sobre sua biblioteca particular, a célebre *limiana*, consultar Francisco de Assis BARBOSA, *A Vida de Lima Barreto (1881-1922)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

⁽³³⁾ Cf. COELHO NETO, *O Paraíso*. Porto: Char-dron, 1926; e MIGUEL MELLO, *A Visão da Estrada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

xo destinado a consolidar o *processo* de leitura no período, mas dos agentes que se situam virtualmente do outro lado desse mesmo processo: o *leitor*. Como semelhante abordagem requer um esforço e uma intenção que extrapolam os limites desse ensaio, acabamos por nos omitir em relação a essa outra perspectiva do problema, o que não nos impede de fazer aqui pequenas considerações a respeito do assunto, as quais, no final das contas, servem como pequenos ensaios de futuros capítulos a serem esboçados nessa longa história.

Em primeiro lugar, parece-nos importante destacar o papel desempenhado pelo leitor como *motivo* literário: certamente, Policarpo Quaresma não era um tipo modelar de leitor pré-moderno, com sua aparentemente monumental biblioteca brasileira; e talvez o exemplo sirva mais para o próprio Lima Barreto, leitor contumaz e atípico, a julgar pelos comentários de livros que fazia e os que possuía em sua biblioteca particular.³² Outros leitores-personagens podem ser ainda encontrados em romances do período, como Feliciano em *O Paraíso* (1898) de Coelho Neto; ou Tito em *A Visão da Estrada* (1914) de Miguel Mello.³³

Mais uma perspectiva importante que pode ser desvendada é a do leitor como interlocutor, em que se destaca o artifício da apóstrofe, bastante usado por vários escritores brasileiros desde século XIX. Aqui, o processo analítico se desdobra em várias possibilidades, apresentando um variado matiz de interpretações.

De qualquer maneira, tais considerações ficam apenas como sugestão para um trabalho mais extenso e profundo, para um trabalho que procure desvendar mais um capítulo dessa nossa longa e inexplorada história, uma história feita – básica, mas não exclusivamente – *de homens e livros*.

ABSTRACT: The present article analyzes the cultural context of Brazil during the transition from the 19th to the 20th century from the perspective of reading and emphasizes two aspects: the professionalization of the writer and advertising in publishing.

KEYWORDS: Brazilian pre-modernism; literature; reading; professionalization of the writer; advertising in publishing.